

Fernando Molica

Edwin Luisi é o próprio texto

A classificação de monólogo para “Eu sou minha própria mulher”, em cartaz no Teatro Poeira, no Rio, chega a ser imprópria: sim, há um único ator em cena, mas a peça tem uma profusão de falas vindas de duas dezenas de personagens, todos interpretados por Edwin Luisi.

É como se, ao longo de 70 minutos, houvesse vários atores no palco, tamanha a capacidade de Luisi em ser tantos, um trabalho impressionante de variação de gestos, expressões faciais, vozes, inflexões, sotaques.

Luisi vai além da definição atribuída à protagonista, a travesti Charlotte Von Mahlsdorf: segundo o texto, ela disse ser a própria mulher. Em cena, o ator é ela, mas ele também são eles, os demais personagens; apropria-se de todos.

A peça, do norte-americano Doug Wright, trata de um personagem real: nascida menino, aos 15 anos assumiu a personalidade feminina — isto, em plena repressão do regime nazista. Depois, atravessou a ditadura comunista da Alemanha Oriental, que também reprimia a diversidade sexual.

A história de Charlotte (1928-2002), que fundou e manteve um bar gay em seu casarão-museu, chega a ser inacreditável. Mas inacreditável mesmo é a interpretação de Luisi, sua capacidade de, em instantes, passar de um personagem para outro.

Algumas vezes, isso ocorre ao longo de um gesto,

quando uma típica postura masculina é substituída pela de uma senhorinha alemã, uma daquelas de histórias infantis. A personagem transformou-se em mulher, e assim é vista pelo autor, por Luisi e pelo diretor da montagem, Herson Capri. As muitas transições são feitas com precisão e delicadeza, a poucos metros de distância da plateia que cerca o palco em forma de arena.

As mudanças de personagens encontram apoio no figurino de Marcelo Marques, que tem elementos masculinos — botas, calças compridas — e uma espécie de véu amarrado à cintura que, obediente ao ator, se transforma em saia ou vestido.

Montada pela primeira vez em 2007 pelo próprio Luisi, “Eu sou a minha própria mulher” renova o desafio proposto pelo teatro de recontar histórias, de apresentar versões, de questionar o estabelecido.

Mais do que apresentar a trajetória de uma mulher trans, a peça fala de seres humanos — pessoas com esperanças, sonhos e desejos — impactados por diferentes formas de opressão, em particular, a encarnada por ditaduras.

A montagem reafirma também o poder do ator, não de incorporar personagens, mas de vê-los, compreendê-los e mostrá-los. No caso, o público tem o privilégio de acompanhar um processo de reinvenção do próprio texto de Wright que, no palco, ganha coautoria de Luisi.

Ricardo Chalfin

Entenda porque condomínios eficientes gastam menos, mesmo investindo mais

Existe um paradoxo na gestão condominial que ainda confunde síndicos e moradores: os condomínios mais eficientes costumam ser aqueles que mais investem. Ainda assim, no longo prazo, são justamente esses que gastam menos. Essa aparente contradição revela uma mudança de mentalidade que o setor precisa amadurecer: eficiência não é sinônimo de cortar custos, mas de alocar recursos com inteligência.

Durante décadas, a lógica predominante foi a da economia imediata. Reduzir contratos, postergar manutenções, adiar investimentos. O problema é que condomínios são estruturas complexas, com ativos físicos, pessoas, obrigações legais e impactos patrimoniais. Quando a gestão se orienta apenas por contenção de despesas, ela cria passivos invisíveis que aparecem mais tarde em forma de emergências, conflitos e desvalorização do patrimônio.

Condomínios eficientes investem em manutenção preventiva, planejamento de longo prazo, tecnologia e profissionalização da gestão. Isso significa trocar equipamentos antes de falhas críticas, revisar contratos com critérios técnicos, digitalizar processos financeiros e criar rotinas de governança. Esses investimentos aumentam o orçamento no curto prazo, mas reduzem drasticamente despesas emergenciais, desperdícios e riscos jurídicos ao longo do tempo.

A lógica econômica é simples: manutenção preventiva custa menos do que manutenção corretiva. Um vazamento detectado cedo evita uma reforma estrutural; um contrato bem negociado gera economia recorrente por anos; um sistema de controle financeiro reduz a inadimplência e evita chamadas extras. O condomínio que planeja substitui a cultura do improviso por previsibilidade.

Eficiência também é governança. Investir em

transparência, comunicação estruturada e prestação de contas clara reduz conflitos, judicialização e desgaste político. Assembleias mais informadas geram decisões mais racionais. Moradores que confiam na gestão participam mais, pagam em dia e apoiam projetos de longo prazo.

Há ainda um fator patrimonial frequentemente ignorado. Condomínios bem cuidados, com infraestrutura atualizada e gestão organizada, preservam e ampliam o valor dos imóveis. Em mercados urbanos competitivos, compradores e locatários já observam não apenas a unidade, mas o funcionamento do condomínio como um todo. Gestão eficiente se transforma, na prática, em valorização imobiliária.

O discurso de “gastar menos” costuma ser popular em assembleias, mas é enganoso quando não vem acompanhado de planejamento. Cortes lineares em manutenção, segurança ou gestão geram economias momentâneas, mas criam passivos ocultos que explodem no futuro.

No universo condominial, o barato raramente sai barato de fato. Eficiência, portanto, não é austeridade cega. É estratégia. É compreender o condomínio como uma organização viva, com ciclo de ativos, riscos legais, fluxo de caixa e impacto social. Investir mais, quando feito com inteligência, é o caminho mais curto para gastar menos no longo prazo.

Por fim, a maturidade do setor condominial passa por essa virada de chave. Condomínios eficientes não são os que cobram menos taxa, mas os que entregam mais valor por cada real investido. Em um país cada vez mais verticalizado, essa diferença deixará de ser um detalhe administrativo para se tornar um fator central de qualidade de vida e de preservação de patrimônio.

***Ricardo Chalfin é CEO e fundador da Wind Capital**

EDITORIAL

Com mais repasses, saúde sob pressão

A recente pressão sobre a rede pública de saúde em Campinas reacendeu um debate recorrente: o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a responsabilidade dos entes federativos. Embora seja legítimo discutir a participação da União e do Estado, os dados mais recentes indicam que não houve retração nos repasses federais, ao contrário, houve crescimento. O governo estadual, por sua vez, também tem anunciado medidas e investimentos para ampliar a oferta de serviços na região.

Esse cenário exige uma análise mais ampla e menos simplificada. Campinas ocupa uma posição estratégica no sistema de saúde regional. Como polo de referência, o município atende não apenas sua população, mas também pacientes de diversas cidades da Região Metropolitana de Campinas e do interior paulista. Esse fluxo constante amplia significativamente a demanda por atendimentos, leitos e procedimentos de maior complexidade.

Essa característica, por si só, já representa um desafio estrutural. A pressão sobre hospitais, unidades de pronto atendimento e serviços especializados não é apenas resultado de falhas pontuais, mas de um sistema que precisa responder a uma demanda regional crescente e contínua.

No entanto, reconhecer essa sobrecarga não exclui a necessidade

de avaliar a gestão local. O volume de recursos disponíveis, embora sempre passível de ampliação, não é o único fator determinante para o funcionamento da rede. A forma como esses recursos são planejados, distribuídos e executados tem impacto direto na qualidade do atendimento e na capacidade de resposta do sistema. A eficiência na gestão da saúde pública passa por organização da rede, integração nos níveis de atendimento, planejamento de médio e longo prazo e uso racional dos recursos. Sem esses elementos, mesmo investimentos significativos tendem a não produzir os resultados esperados.

O debate sobre o financiamento do SUS é fundamental e deve continuar. Mas ele não pode se limitar à discussão sobre percentuais ou responsabilidades formais. É preciso avançar na construção de soluções que considerem a realidade regional de Campinas e, ao mesmo tempo, aprimorem a gestão municipal.

A população, que depende do sistema público, espera mais do que justificativas. Espera resultados concretos, acesso garantido e um serviço capaz de responder, com eficiência, à complexidade de uma cidade que atende muito além de seus próprios limites. O desafio é garantir que esses recursos se convertam, de fato, em melhoria no atendimento à população.

Opinião do leitor

Ancelotti

O técnico Carlo Ancelotti, um treinador que foi campeão em 4 países e detém o recorde de conquistar (5 títulos com 3 do badalado Guardiola) na Liga dos Campeões da Europa, precisa ser centro das atenções no Brasil?

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.